

É o pedido do Brasil.

para pagar dívidas em atraso. Por A. M. Pimenta Neves, correspondente em Washington.

O presidente do Banco Central do Brasil, Carlos Langoni, disse a banqueiros com os quais se reuniu em Nova York, anteontem, que o Brasil vai precisar de mais 4,2 bilhões de dólares este ano, segundo fontes fidedignas.

Langoni pediu que os bancos estendam o prazo para o pagamento de cerca de 1,2 bilhão de dólares em prestações restantes do empréstimo-ponte de curto prazo de quase 2,4 bilhões que os bancos concederam ao Banco Central no ano passado. A dilatação do prazo dessas prestações faria parte do pacote de 4,2 bilhões que o País tenta obter.

O presidente do Banco Central do Brasil solicitou, ainda, que os bancos privados desembolsem esse dinheiro antes de o Fundo Monetário Internacional liberar a segunda parcela de 374 milhões de direitos especiais de saque (menos de 400 milhões de dólares à taxa de hoje), cujo desembolso foi suspenso pelo fato de o Brasil ter-se desviado das metas programadas.

Os 4,2 bilhões de dólares seriam adicionais ao empréstimo-jumbo de 4,4 bilhões, de longo prazo, que os bancos internacionais concederam ao País em fevereiro, mas cujos desembolsos também foram suspensos até que o Brasil acertasse suas contas com o FMI.

Segundo um banqueiro, Langoni ainda quer um novo empréstimo-ponte para liquidar pelo menos parte dos atrasados comerciais do Brasil, que situou em cerca de 1,4 bilhão de dólares. Disse que, dentro de um mês, esses atrasos no pagamento de juros devidos pelo País chegariam a 2,4 bilhões de dólares. Alguns desses atrasos se aproximam dos 60 dias e poderiam criar problemas para a contabilidade dos grandes bancos de Nova York.

O presidente do Banco Central deixou claro que o Fundo Monetário Internacional não aprovaria o desembolso de seus próprios recursos antes de a nova reforma salarial se tornar lei. Langoni previu que o Congresso não a aprovará, mas que passará por decurso de prazo. Nesse caso, o dinheiro do Fundo só sairia em outubro. Mas Langoni disse também que o Brasil e a administração do FMI estavam próximos de um acordo.

A certa altura, William Dale, diretor-gerente-adjunto do Fundo Monetário Internacional, entrou na sala e confirmou o que

Langoni havia dito. Dale afirmou que o diretor-gerente da organização, Jacques de Larosière, havia ficado "queimado" pelo malogro brasileiro em cumprir as metas do acordo, julgando ainda que sua credibilidade estava em jogo.

Dale foi muito vago a propósito da possibilidade de a administração do FMI anunciar publicamente ter chegado a um acordo com o Brasil antes da confirmação da aprovação da política salarial, disse uma fonte. "Os bancos querem um sinal claro do FMI antes de pensar seriamente em desembolsar seus próprios recursos. Nada foi decidido. Os bancos estão muito relutantes em dilatar o prazo para o Brasil pagar o empréstimo-ponte".

Os bancos acharam irônico o fato de o diretor-gerente-adjunto do Fundo ter sugerido que eles desembolsassem seus empréstimos antes de o FMI liberar os seus.

Clube de Paris

Na sua conversa com os bancos que participam do Comitê de Assessoramento liderado por William Rhodes, do Citibank, Langoni revelou também estar pensando em recorrer ao Clube de Paris para renegociar a dívida do governo para com órgãos oficiais. Referia-se certamente ao que o Banco Central deve ao Banco de Compensações Internacionais (BIS), com sede na Basileia, cujo empréstimo-ponte o Brasil não está pagando em dia porque o FMI não desembolsou seus recursos.

Langoni disse ainda aos banqueiros que chegou a acordo com o FMI no que toca ao déficit do setor público e citou um novo número para o déficit em 1982: 15,1% do PIB, sendo que 6% correspondiam ao orçamento operacional e 9,1% à correção monetária. Para 1983, disse ter ficado decidido agora que o déficit será de 15,4% (em vez de 8,8%) do PIB, sendo 2,9% correspondentes ao orçamento operacional e 12,5% à correção monetária. Para 1984, fixou o déficit do orçamento operacional em 0,5% do PIB, mas não revelou qual seria a sua correção monetária, por não saber ainda que a inflação deve esperar para o ano que vem. Fonte do FMI afirmou, no entanto, que não se chegou a uma conclusão definitiva em torno da questão. A nova meta para o déficit público de 1983, citada por Langoni, é bem menos rigorosa.

US\$ 4,2 bilhões.

Mas o País precisaria de mais US\$ 1,4 bilhão em empréstimos-ponte,

Dívida Externa
014
Reportagem 0198

Dívida Externa
014
Reportagem 0199